

Nome: _____

**ANALISTA – GESTÃO DO AGRONEGÓCIO –
PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA****CADERNO DE QUESTÕES**

ATENÇÃO: Transcreva no espaço do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, a frase abaixo. A ausência desta acarretará a eliminação do candidato.

O início é a metade de todas as ações.

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4h30min.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Os candidatos, após entrarem na sala de prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do início de aplicação da prova.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

ANALISTA – GESTÃO DO AGRONEGÓCIO – PROVA 01**CONHECIMENTOS BÁSICOS****TEXTO I****SISTEMAS AGRÍCOLAS MAIS SUSTENTÁVEIS**

A expansão da agropecuária no Brasil e as exigências do mercado consumidor por uma produção mais sustentável têm direcionado as cadeias produtivas para o aprimoramento do desempenho social, econômico e ambiental. Essa transformação é quase uma metamorfose que passa de uma produção extensiva para sistemas agrícolas mais sustentáveis, seguindo os requisitos da legislação ambiental vigente e sem a perda de novas áreas naturais.

A intensificação sustentável da agricultura é aquela capaz de aumentar o rendimento agrícola, ao mesmo tempo em que reduz seu impacto ambiental e assegura a saúde dos ecossistemas de apoio. Então, qual seria o futuro dos sistemas agrícolas mais sustentáveis? Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a expansão agropecuária brasileira nos últimos anos teve como prioridade a produtividade, ou seja, a redução de área plantada com aumento de produção (IGBE, 2015).

Para que essa intensificação ocorra de maneira sustentável, têm sido geradas e utilizadas diversas tecnologias, tais como novas cultivares e raças mais produtivas com tolerância a pragas e doenças, sistemas de produção integrados, como a integração-lavoura-pecuária-floresta (ILFP) ou a integração lavoura-pecuária (ILP), o manejo integrado de pragas e doenças (MIPD), o sistema de plantio direto (SPD), entre outros.

Outras duas iniciativas são o protocolo Carne Carbono Neutro (CCN), cuja produção se dá em sistemas de integração que possuem o componente florestal, responsável pelo sequestro de carbono, possibilitando a neutralização da emissão de metano pelos animais, além de proporcionar conforto térmico pelo sombreamento das pastagens. A outra iniciativa é a Carne de Baixo Carbono (CBC), quando são utilizados sistemas integrados sem o componente florestal, nos quais o manejo adequado do pasto proporciona o sequestro de carbono no solo, mitigando as emissões dos animais em pastejo. Ambos são novos modelos de inovação e negócios

mais sustentáveis, representando importante estratégia de agregação de valor aos produtos agropecuários brasileiros nos mercados internos e externos (Skorupa, 2021).

Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/sustentabilidade/sinal-e-tendencia/sistemas-agricolas-mais-sustentaveis>>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

Questão 01

No texto, o excerto “a intensificação sustentável da agricultura é aquela capaz de aumentar o rendimento agrícola, ao mesmo tempo em que reduz seu impacto ambiental” apresenta uma tessitura que:

- Modaliza o discurso ao apresentar uma relação de causalidade entre produtividade e sustentabilidade, sugerindo inevitabilidade no processo.
- Expressa um paradoxo discursivo, em que o aumento da produção e a preservação ambiental são colocados como mutuamente excludentes.
- Configura um mecanismo de atenuação, em que o impacto ambiental é relativizado diante do aumento da produtividade.
- Funciona como um operador modal de evidência, reforçando a legitimidade técnica da prática sustentável proposta.

Questão 02

O texto apresenta um discurso predominantemente técnico e normativo em relação às práticas de intensificação sustentável da agropecuária. Considerando a estrutura e os elementos linguísticos, assinale a alternativa que melhor representa a função argumentativa subjacente ao texto.

- Legitimação de um modelo de produção agrícola que integra práticas sustentáveis com alta produtividade, reforçando a imagem de um Brasil competitivo no mercado global.
- Denúncia dos impactos ambientais causados pela expansão agropecuária, com foco nos danos irreversíveis aos biomas brasileiros.
- Persuasão em torno da substituição de modelos agrícolas tradicionais por métodos tecnológicos de baixa emissão de carbono.
- Descrição técnica dos processos de manejo integrado e seus benefícios para a cadeia produtiva brasileira.

Questão 03

Assinale a alternativa que descreve com maior acuidade o valor sintático-semântico da vírgula, que precede a forma verbal sublinhada a seguir:

“[...] seguindo os requisitos da legislação ambiental vigente, e sem a perda de novas áreas naturais.”.

- a) Isola aposto explicativo referente a “sistemas agrícolas”.
- b) Intercala adjunto adverbial disjunto de ordem locativa.
- c) Introduz oração coordenada assindética de efeito consecutivo.
- d) Delimita uma oração reduzida de gerúndio com função causal, subordinada à oração principal.

TEXTO II

Fonte: <<https://medium.com/revista-brado/o-que-%C3%A9-e-como-funciona-o-mercado-de-carbono-577a3673b9d>>

A charge mostra a imagem do planeta Terra com um aspecto agressivo, fumando e produzindo bastante fumaça, segurando o cartão chamado “credit carb”, com os dizeres: ‘E daí que faz mal à saúde? Tô pagando!’

Questão 04

Na charge, o planeta Terra é representado de forma antropomorfizada, fumando um charuto e portando um cartão chamado *Credit Carb*. O uso desse recurso metafórico pode ser interpretado como:

- a) Uma constatação relativa aos países industrializados, que possuem maior capacidade financeira para “pagar” pela poluição que geram, deslocando a responsabilidade ambiental para regiões menos desenvolvidas.
- b) Um exemplo de intertextualidade irônica, que remete ao conceito de “compensação ambiental”, criticando a lógica de pagamento para a neutralização de carbono.

- c) Uma metáfora visual que evidencia um compromisso do capitalismo global em relação à mitigação de impactos ambientais, utilizando o consumo como forma de atenuar os efeitos da degradação ambiental.
- d) Um processo de naturalização discursiva, em que o ato de poluir é amortecido pela capacidade financeira, simbolizada pelo cartão de crédito.

Questão 05

No texto I contém siglas técnico-científicas (ILPF, CCN, CBC) e no texto II o sintagma humorístico *Credit Carb*. Assinale a alternativa que descreve o processo que gerou aquelas e a função discursiva deste.

- a) Composição prefixal de caráter técnico; onomatopeia que ressalta o apelo sonoro do termo.
- b) Aglutinação com perda de vogal; forma carinhosa que suaviza a ideia de carbono.
- c) Acronímia, empregada para abreviar; metonímia que transforma crédito em licença para poluir.
- d) Derivação regressiva por supressão; antífrase eufemística que troca crédito de carbono por metáfora leve.

Questão 06

Um escritório de consultoria conta com n profissionais de nível superior: bacharéis em Economia, em Direito e em Ciências Contábeis. Sabe-se que 13 profissionais não são Contadores, 14 não são economistas, 14 possuem somente uma graduação, 15 possuem exatamente duas graduações, nenhum profissional possui as três graduações e exatamente 6 são bacharéis apenas em Direito. Nesse sentido, o número de profissionais que são graduados em Economia e Ciências Contábeis simultaneamente é igual a:

- a) 6.
- b) 7.
- c) 8.
- d) 9.

Questão 07

Dados oficiais indicam que o número de municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são respectivamente 645, 853 e 92 e representam aproximadamente 28,556% do número total de municípios brasileiros. Se n é o número de municípios dos estados do Ceará e do Rio Grande do

Norte, conjuntamente, e correspondem a aproximadamente a 6,3%, da totalidade dos municípios brasileiros, então n é igual a:

- a) 349.
- b) 351.
- c) 353.
- d) 355.

Questão 08

Os números inteiros apresentados a seguir, linha após linha, foram escolhidos e organizados seguindo uma lógica estrutural própria.

- L_1 : 1.
- L_2 : 3, 5.
- L_3 : 5, 7, 9.
- L_4 : 7, 9, 11, 13.
- L_5 : 9, 11, 13, 15, 17.

Considerando o padrão estabelecido e os números centrais, como, por exemplo, o número 13 de L_5 , o número central de L_{99} é:

- a) 295.
- b) 297.
- c) 299.
- d) 301.

Questão 09

As idades dos engenheiros da empresa ENGETEC são distribuídas da seguinte forma: 5 ainda não completaram trinta anos, 12 têm idades variadas entre trinta e cinquenta anos e 8 possuem idades superiores a cinquenta anos. Em uma confraternização, dois prêmios distintos foram sorteados entre engenheiros diferentes. A probabilidade de as idades dos premiados não ultrapassar cinquenta anos é:

- a) $\frac{17}{25}$.
- b) $\frac{8}{25}$.
- c) $\frac{34}{75}$.
- d) $\frac{17}{75}$.

Questão 10

Considere um usuário que possui um desktop e um notebook, ambos com o *Microsoft Windows 11*

instalado e associados à sua conta de usuário. Durante um passeio em um *shopping* da cidade, esse usuário acaba esquecendo o seu notebook na praça de alimentação. Ele decide, então, rastrear o seu notebook a partir do seu desktop, utilizando uma importante funcionalidade disponível no *Windows*. Assinale a alternativa que apresenta uma opção válida que permite ao usuário realizar a ação desejada.

- a) Acessar o Menu Iniciar, clicar no ícone “Configurações” e acessar a opção “Rede e Internet” do menu esquerdo.
- b) Acessar o Menu Iniciar, clicar no ícone “Configurações” e acessar a opção “Bluetooth e Dispositivos” do menu esquerdo.
- c) Acessar o Menu Iniciar, clicar no ícone “Configurações” e acessar a opção “Identidade e Localização” do menu esquerdo.
- d) Usar o atalho tecla do *Windows* + I no teclado do computador e acessar a opção “Privacidade e Segurança” do menu esquerdo.

Questão 11

Um usuário está utilizando uma versão recente do *Microsoft Word* em português para construir um discurso. Para isso, ele decide utilizar um Suplemento COM para auxiliar na formatação do documento. Após alguns minutos, com esse suplemento habilitado, o usuário percebe uma lentidão no funcionamento do *Word*. Ele decide então desabilitar esse suplemento. Assinale a alternativa que indica uma forma válida de se realizar essa ação.

- a) Acessar o menu “Exibir”, acessar a opção “Macros” e clicar no botão “Gerenciar Macros”.
- b) Acessar o menu “Exibir”, acessar a opção “Avançada” e clicar no botão “Suplementos COM”.
- c) Acessar o menu “Arquivo”, acessar a opção “Conta” e clicar no botão “Gerenciar Suplementos COM”.
- d) Acessar o menu “Arquivo”, acessar a opção “Informações” e clicar no botão “Gerenciar Suplementos COM”.

Questão 12

Em uma organização, um funcionário está usando uma versão recente do *Microsoft Excel* em português para criar uma planilha que calcula raízes de equações de segundo grau. Para calcular uma das raízes, a fórmula Bhaskara é empregada:

$$x = \frac{-b + \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Sabe-se que x representa a raiz, enquanto a , b e c são os coeficientes da equação. Nesse contexto, o usuário criou uma planilha, na qual colocou os valores para a , b e c , além de inserir a fórmula de Bhaskara na célula E2, conforme ilustrado a seguir:

	A	B	C	D	E
1		a	b	c	raiz
2	Valor	1	-5	6	3

Assinale a alternativa que apresenta uma possível fórmula empregada pelo usuário na célula E2 para gerar o cálculo desejado no *Microsoft Excel*.

- a) $=(-C2+RAIZ(C2^2-4*B2*D2)/2*B2)$.
- b) $=(-C2+(C2^2-4*B2*D2)^(1/2))/(2*B2)$.
- c) $=(-C2+RAIZ(C2^2-4*B2*D2;2))/(2*B2)$.
- d) $=(-C2+RAIZ(2;C2^2-4*B2*D2))/(2*B2)$.

Questão 13

Os pilares da segurança da informação protegem dados contra ameaças e asseguram a confiabilidade das informações em um mundo digital cada vez mais vulnerável. Dessa forma, analise as sentenças a seguir:

Quando um usuário tenta fazer uma transação bancária e o sistema encontra-se fora do ar, observa-se o comprometimento da disponibilidade.

PORQUE

O pilar da disponibilidade trata da oferta do acesso à informação quando esta é necessária para o usuário. Acerca dessas sentenças, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As duas sentenças são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas sentenças são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira sentença é verdadeira, e a segunda, falsa.
- d) A primeira sentença é falsa, e a segunda, verdadeira.

Questão 14

Dentre os princípios clássicos que regem o orçamento público, destaca-se aquele que veda a inclusão de matérias estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo exceções legalmente previstas. Dessa forma, o princípio orçamentário em questão é o:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da anualidade.
- c) Princípio da especificação.
- d) Princípio da exclusividade.

Questão 15

Um dos princípios da estrutura normativa do orçamento público determina que todas as receitas e despesas devem constar na Lei Orçamentário Anual (LOA) com seus valores brutos, vedada qualquer dedução, garantindo a integralidade da informação orçamentária. Considerando essa premissa, assinale a alternativa que representa CORRETAMENTE esse princípio.

- a) Princípio do orçamento bruto.
- b) Princípio da discriminação.
- c) Princípio da universalidade.
- d) Princípio da unidade.

Questão 16

A Lei n.º 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos públicos. Considerando sua estrutura normativa, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a definição de despesa orçamentária.

- a) Toda saída financeira, autorizada ou não, que reduza o ativo disponível da entidade pública.
- b) Aplicação de recursos autorizada por lei, destinada à execução de ações governamentais.
- c) Transferência de ativos financeiros de titularidade pública para entes privados.
- d) Desembolso compulsório determinado por atos administrativos regulamentares.

Questão 17

A programação orçamentária deve ser acompanhada de instrumentos que possibilitem o controle, a transparência e a consistência das ações governamentais. Entre esses instrumentos, o balanço orçamentário assume função primordial. Diante disso, a finalidade do balanço orçamentário, conforme a Lei n.º 4.320/1964, é:

- a) Registrar a movimentação patrimonial efetiva, com base no regime de competência.
- b) Demonstrar os saldos de disponibilidades financeiras nos bancos públicos.
- c) Apurar o resultado financeiro entre receitas e despesas extraorçamentárias.
- d) Evidenciar a execução da receita e da despesa orçamentária autorizadas para o exercício.

Questão 18

Considerando os princípios que regem a gestão de projetos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A gestão de projetos tem como premissa a rigidez dos processos, não admitindo adaptações durante o ciclo de vida do projeto, mesmo diante de mudanças no ambiente organizacional.
- b) A gestão de projetos reconhece a importância da adaptação contínua ao ambiente e valoriza a entrega de resultados que gerem benefícios para os interessados, indo além do simples cumprimento de atividades previamente planejadas.
- c) Em gestão de projetos, os entregáveis são considerados resultados internos que não necessariamente precisam gerar impacto perceptível para as partes envolvidas.
- d) A gestão de projetos fundamenta-se na execução linear e sequencial de fases, priorizando a conclusão de cada etapa antes do início da subsequente, independentemente da natureza do projeto.

Questão 19

O ciclo de vida do projeto descreve as fases pelas quais um projeto atravessa desde seu início até seu encerramento, sendo que diferentes abordagens podem ser empregadas em razão das características do trabalho a ser desenvolvido. Considerando os modelos contemporâneos de ciclo de vida aplicados à gestão de projetos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O ciclo de vida preditivo é caracterizado pela ausência de planejamento detalhado, sendo suas atividades reorganizadas continuamente ao longo da execução do projeto.
- b) O ciclo de vida adaptativo é apropriado para projetos em que os requisitos não estão completamente definidos no início, permitindo entregas incrementais e ajustáveis com base em feedback contínuo.
- c) O ciclo de vida híbrido é formado exclusivamente pela combinação de dois ou mais ciclos preditivos distintos, sem espaço para integração de métodos adaptativos ou ágeis.
- d) O ciclo de vida iterativo, ao contrário dos demais, pressupõe que a totalidade dos requisitos seja conhecida e imutável desde a fase de iniciação do projeto.

Questão 20

A estrutura de processos no gerenciamento de projetos, conforme a 7ª edição do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), é um conjunto de práticas selecionadas e adaptadas de acordo com a natureza específica de cada projeto. Sobre a utilização de processos na gestão de projetos,

segundo essa perspectiva, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os processos definidos na gestão de projetos devem ser rigorosamente seguidos em sua forma original, vedando-se ajustes para atender às particularidades de cada iniciativa.
- b) Os processos de gerenciamento são considerados ferramentas adaptáveis, que podem ser ajustados, combinados ou omitidos em função do contexto, desde que o objetivo final de maximizar a entrega de valor seja preservado.
- c) A seleção de processos em um projeto deve seguir um modelo de aplicação obrigatória, priorizando a conformidade formal em detrimento da necessidade de adaptação ao ambiente do projeto.
- d) A utilização de processos em projetos é dispensável sempre que se adota uma abordagem baseada em princípios, pois o valor é assegurado exclusivamente pela condução empírica das atividades.

Questão 21

A gestão de projetos, em sua perspectiva moderna, integra múltiplas áreas de conhecimento, cada qual contribuindo de maneira específica para a entrega de valor e a concretização dos objetivos organizacionais. Considerando a relação entre essas áreas de gerenciamento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O gerenciamento da integração do projeto é responsável por assegurar a coordenação adequada de todos os elementos envolvidos, promovendo a coerência entre os processos de escopo, tempo, custo, qualidade, recursos, comunicações, riscos, aquisições e gestão de partes interessadas.
- b) O gerenciamento do escopo do projeto tem como objetivo exclusivo a delimitação dos custos e prazos, sem envolver a definição dos requisitos das entregas ou a gestão das mudanças decorrentes.
- c) A gestão dos riscos em projetos é limitada apenas à identificação de fatores externos que possam impactar negativamente o projeto, não abrangendo incertezas internas ou oportunidades de melhoria.
- d) O gerenciamento das comunicações no projeto é uma função restrita ao envio de informações formais aos patrocinadores, sem considerar as necessidades informacionais dos demais *stakeholders*.

Questão 22

O Acordo de Paris (2015) e a governança climática brasileira compartilham princípios e instrumentos

para enfrentar as mudanças climáticas. Considerando apenas o que está previsto tanto no Acordo quanto nas políticas nacionais do Brasil, analise as sentenças a seguir:

- I- Apoiar e promover o desenvolvimento sustentável como mecanismo para contribuir com a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, utilizando mecanismos de supervisão por órgãos designados pelo poder público.
- II- Manter o aumento médio da temperatura global em 3°C.
- III- Acompanhar e monitorar o cumprimento das metas ambientais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- IV- Fomentar a resiliência dos sistemas socioeconômicos e ecológicos, inclusive por meio da diversificação econômica e da gestão sustentável dos recursos naturais.
- V- Avaliação dos impactos e da vulnerabilidade às alterações climáticas, com vista à formulação de políticas nacionais de ações prioritizadas determinadas, levando em consideração pessoas, lugares, ecossistemas vulneráveis e instituições privadas que vendem créditos de carbono.

De acordo com as sentenças é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas I, II e V estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II, III, e IV estão corretas.

Questão 23

Um dos gargalos para o fortalecimento da Agricultura familiar é a dificuldade de acesso a mercados adequados para escoamento de seus produtos. Nesse contexto, O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outras premissas, se baseia na hipótese de que ao garantir a comercialização e o preço dos produtos, o programa poderá incentivar e fortalecer a Agricultura Familiar. Nessa esteira, outros pontos também acabam sendo atingidos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Geração de renda para os agricultores, o que se daria com o aumento da produção, da comercialização e de processamento e industrialização dos produtos.
- b) Fortalecimento de circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

- c) Incentivo à produção com sustentabilidade, o que, na amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável, implicaria produção com menor impacto ambiental, socialmente inclusiva, mais saudável e economicamente viável em longo prazo.
- d) Estímulo ao cooperativismo pelo seu caráter empresarial e aos poucos retirar os agricultores do associativismo, facilitando a competitividade para que possam deixar o programa futuramente se tornando independentes.

Questão 24

A digitalização de serviços públicos aumenta a eficiência do Estado e impulsiona o desenvolvimento econômico, além de estar alinhada ao 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que prevê instituições eficazes, transparentes e inclusivas. Para implementar essa agenda, o governo federal publicou em 2024 dois decretos complementares: a Estratégia Nacional de Governo Digital (Decreto n.º 12.198/2024) e a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (Decreto n.º 12.308/2024), que juntos buscam modernizar a administração pública e promover a inovação tecnológica em toda a sociedade. Nesse contexto, analise as sentenças a seguir:

- I- O Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDIGITAL) será um órgão colegiado de natureza consultiva, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na elaboração, na implementação e no acompanhamento de políticas públicas destinadas à transformação digital.
- II- Compete ao CITDIGITAL, dentre outras coisas, informar o Presidente da República sobre o acompanhamento das ações de governo para a implementação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-DIGITAL), além de revisar as ações do governo para implementação da E-DIGITAL.
- III- A E-DIGITAL consiste em um conjunto de recomendações estratégicas com vistas a orientar as iniciativas do Poder Executivo Federal em transformação digital, com o objetivo de reduzir o acesso a serviços públicos presenciais, pela facilidade de resolver pelo meio digital.
- IV- A Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) norteará a transformação do Governo Federal por meio de tecnologias digitais que visem oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples e acessíveis ao cidadão.

V- Para a consecução dos objetivos e das iniciativas da Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027, os órgãos e as entidades elaborarão, dentre outros instrumentos de planejamento, um Plano de Transformação Digital que conterà: serviços digitais e melhoria da qualidade; descentralização de canais digitais; governança e gestão de dados; além de segurança e privacidade.

É CORRETO afirmar que:

- a) Apenas as sentenças I, II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as sentenças I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as sentenças I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as sentenças III, IV e V estão corretas.

Questão 25

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018, se relaciona diretamente com a Constituição Federal (CF), concretizando e regulamentando direitos fundamentais previstos no texto constitucional presente no artigo 5º. Nesse contexto, assinale a alternativa que NÃO diz respeito ao escopo da referida lei.

- a) A lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- b) O fornecimento de dados pessoais poderá ser realizado, em algumas hipóteses para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- c) Dados sensíveis em nenhuma hipótese poderão ser fornecidos.
- d) O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Questão 26

Diversas correntes teóricas oferecem definições que refletem enfoques distintos quanto à natureza, ao objeto e aos processos envolvidos nas políticas públicas. Sobre as diferentes conceituações de políticas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e decisões tomadas por atores governamentais, visando responder a demandas coletivas e produzir efeitos concretos sobre a realidade social.

- b) As políticas públicas correspondem exclusivamente a iniciativas privadas, destinadas a suprir falhas de mercado, prescindindo da intervenção formal dos órgãos estatais.
- c) A formulação de políticas públicas é caracterizada pela atuação autônoma de grupos sociais, sem qualquer relação com as agendas institucionais ou os processos decisórios do aparato estatal.
- d) As políticas públicas são entendidas como atividades de rotina administrativa da burocracia estatal, sem ligação direta com a definição de prioridades sociais ou econômicas.

Questão 27

A respeito do processo de elaboração de políticas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O processo de elaboração de políticas públicas consiste exclusivamente na execução administrativa de decisões previamente definidas pelas autoridades competentes, sem espaço para participação social ou ajustes estratégicos.
- b) Na elaboração de políticas públicas, a escolha das alternativas de ação deve priorizar apenas critérios técnicos, independentemente de fatores políticos, econômicos ou sociais.
- c) A implementação das políticas públicas é desvinculada da etapa de formulação, sendo realizada de maneira automática após a aprovação formal das diretrizes.
- d) A elaboração de políticas públicas é caracterizada pela interação entre diferentes fases – como formação da agenda, formulação de alternativas, decisão, implementação e avaliação – em um processo que admite revisões e retroalimentação entre as etapas.

Questão 28

Com relação à teoria de redes de políticas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A teoria de redes de políticas públicas restringe-se à análise da burocracia estatal, desconsiderando a atuação de organizações da sociedade civil e do setor privado na formação das políticas.
- b) As redes de políticas públicas são formadas exclusivamente por organismos estatais, sem influência de atores externos às estruturas governamentais formais.
- c) As redes de políticas públicas compreendem arranjos flexíveis e dinâmicos, compostos por múltiplos atores públicos e privados que interagem para influenciar decisões e distribuir recursos em torno de objetivos comuns ou conflitantes.

d) A teoria de redes de políticas públicas entende que o processo decisório é linear e hierárquico, seguindo uma lógica centralizada de comando e controle por parte dos órgãos governamentais.

Questão 29

O Decreto n.º 11.820/2023 estabelece, no âmbito da Política Nacional de Abastecimento Alimentar e Nutricional (PNAAB), um conjunto de objetivos que visam, dentre outras finalidades de interesse público, promover o acesso a alimentos adequados e saudáveis e fortalecer a agricultura familiar. Acerca dos objetivos da PNAAB, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A PNAAB tem entre seus objetivos a promoção do abastecimento descentralizado e popular, valorizando o varejo de pequeno porte como estratégia para ampliar a oferta de alimentos adequados e saudáveis, especialmente em regiões caracterizadas como desertos e pântanos alimentares.
- b) A PNAAB objetiva centralizar o abastecimento em grandes centros urbanos, priorizando cadeias de produção em larga escala para uniformizar o acesso a alimentos industrializados.
- c) De acordo com o referido decreto, a PNAAB propõe a substituição da produção familiar por modelos de produção intensiva e altamente mecanizados, como forma exclusiva de garantir segurança alimentar.
- d) Um dos objetivos da PNAAB, conforme o decreto citado, é promover a expansão de monoculturas destinadas à exportação, como principal mecanismo de estruturação dos sistemas alimentares no território nacional.

Questão 30

A Plataforma Agro Brasil + Sustentável, instrumento previsto no art. 6º, da Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), n.º 745/2024, tem funções estratégicas no âmbito da produção agropecuária nacional. Acerca dos objetivos atribuídos a essa plataforma, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Plataforma Agro Brasil + Sustentável visa consolidar, integrar e disponibilizar informações essenciais para a verificação da qualificação da produção agropecuária nacional, conforme as legislações vigentes, promovendo ainda a validação eletrônica da conformidade dos estabelecimentos rurais.

b) A principal finalidade da Plataforma Agro Brasil + Sustentável é substituir os sistemas públicos de fiscalização e controle, permitindo a autorregulação total do setor agropecuário, independentemente da observância às normas nacionais.

c) De acordo com a Portaria MAPA n.º 745/2024, a Plataforma Agro Brasil + Sustentável limita-se a disponibilizar informações cadastrais de propriedades rurais, sem contemplar a integração de dados relacionados à rastreabilidade da produção.

d) A Plataforma Agro Brasil + Sustentável tem como escopo exclusivo a promoção de práticas agrícolas tradicionais, sem a incorporação de critérios modernos de validação, certificação ou rastreamento da produção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 31**

Com base na Lei n.º 12.429, que autoriza a doação de produtos brasileiros a países e organizações internacionais por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), e estabelece a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura (MAPA) e das dotações orçamentárias específicas, é possível AFIRMAR que, nos termos da legislação, a operacionalização da entrega dos produtos aos países destinatários deve respeitar:

- a) A disponibilização dos produtos nos portos nacionais por meio da CONAB, com despesas cobertas por dotações orçamentárias da União, sendo o frete internacional arcado pelo PMA.
- b) A execução por meio de contrato firmado diretamente entre a União e os países beneficiários, sendo os custos logísticos cobertos por créditos extraordinários.
- c) A alocação orçamentária de recursos ordinários da União, sem participação do PMA no custeio dos encargos de transporte internacional.
- d) A intervenção direta do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que determina os volumes e destinos das remessas, assumindo os custos mediante dotações específicas da assistência internacional.

Questão 32

Com base na legislação que regula as doações internacionais de gêneros alimentícios promovidas pela União, por intermédio do PMA, observa-se uma

articulação normativa entre diversos órgãos da Administração Pública Federal, visando à promoção da segurança alimentar em contextos de calamidade, sem prejuízo às políticas nacionais. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

- a) A coordenação da logística portuária, incluindo a definição dos volumes doados e seus destinatários, compete exclusivamente à CONAB.
- b) Os custos de frete e transporte internacional são integralmente absorvidos pelo PMA, sendo vedada qualquer complementação por parte do orçamento público nacional.
- c) Os critérios para definição das quantidades e destinos das doações são estabelecidos pelo MAPA, sem necessidade de coordenação com órgãos da política externa.
- d) Caberá ao MRE definir os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos, em articulação com o PMA.

Questão 33

A Lei n.º 12.429/2011 autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para fins de assistência humanitária internacional, observando limites quantitativos específicos para cada tipo de produto. Esses limites visam garantir que a solidariedade internacional não comprometa o abastecimento nacional, sobretudo em contextos de vulnerabilidade alimentar interna. Considerando os parâmetros estabelecidos, a política de doações públicas deve respeitar as(os):

- a) Restrições que permitem a doação de até um milhão de toneladas de milho e de valores idênticos para o feijão e o leite em pó, a fim de preservar o equilíbrio interno de grãos e laticínios.
- b) Diretrizes que autorizam a doação de, no máximo, uma tonelada de arroz e cem mil toneladas de sementes, mantendo proporcionalidade entre produtos básicos e insumos agrícolas.
- c) Quantitativos que limitam a doação de até cem mil toneladas de feijão e de milho, sendo este valor dez vezes superior ao permitido para leite em pó e muito superior ao autorizado para sementes.
- d) Parâmetros que estabelecem a possibilidade de doar até dez mil toneladas de arroz, cem mil toneladas de leite em pó e cem mil toneladas de sementes, com ênfase em itens de alta durabilidade.

Questão 34

O Programa de Venda em Balcão (ProVB), instituído com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho,

define critérios específicos para identificar seus beneficiários, resguardando a finalidade pública e o atendimento a agricultores familiares. Nesse contexto, a política de acesso ao Programa deve adotar:

- a) Requisitos que combinem inscrição em sistema oficial da CONAB, com comprovação de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou enquadramento em critérios objetivos de renda ou módulo fiscal.
- b) Critérios que permitam o acesso irrestrito de qualquer produtor rural independentemente de área, renda ou vínculo com programas governamentais.
- c) Diretrizes que priorizem apenas grandes produtores que atuem em regime empresarial e possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou equivalente.
- d) Normas que autorizem o acesso automático a qualquer produtor cadastrado, dispensando a verificação da regularidade junto à CONAB.

Questão 35

O ProVB opera sob rígidas determinações legais que alinham a destinação do grão à política de estoques públicos, ao controle orçamentário e à capacidade produtiva dos beneficiários. Nesse cenário, a operacionalização do Programa deve considerar:

- a) O fornecimento mensal de milho por produtor limitado a trinta toneladas, independentemente do porte do rebanho cadastrado ou da capacidade de consumo.
- b) A vinculação dos limites de aquisição à capacidade de consumo do rebanho cadastrado, com volume máximo mensal por CPF e teto nacional anual sujeitos à disponibilidade orçamentária.
- c) O dimensionamento anual da demanda total com base exclusiva no histórico de safras e nos valores de mercado regionalizados.
- d) A exclusão de beneficiários com DAP inativa, ainda que se enquadrem nos critérios de renda ou área de exploração rural definidos pela política agrícola.

Questão 36

A atuação do MAPA no ProVB é orientada por diretrizes legais que asseguram a execução regulada das operações de compra, venda e subvenção, promovendo o equilíbrio entre planejamento técnico

e responsabilidade fiscal. Nesse contexto, o Ministério deverá:

- a) Aprovar exclusivamente as operações de compra pública de milho, delegando à CONAB a normatização e a coordenação dos demais procedimentos.
- b) Editar normas complementares e autorizar, em conjunto com o Ministério da Economia (ME), as vendas com possibilidade de equalização de preços.
- c) Executar diretamente os pagamentos aos pequenos criadores, sendo responsável pela liberação do produto após o deferimento cadastral.
- d) Definir os critérios de comercialização por meio de ato unilateral, com base em valores de mercado e limites estabelecidos pela CONAB.

Questão 37

A implementação de políticas públicas, voltadas à segurança alimentar, exige mecanismos que assegurem não apenas a execução técnica, mas também a adesão a princípios normativos e o compromisso social das entidades envolvidas. Nesse contexto, o processo de habilitação das cozinhas solidárias deve:

- a) Priorizar cozinhas que atendam exclusivamente a critérios sanitários, dispensando requisitos de vinculação a princípios e diretrizes públicas.
- b) Considerar elegíveis apenas aquelas que demonstrem atuação com vulneráveis e que operem sob gestão municipal direta ou conveniada.
- c) Exigir tempo mínimo de funcionamento, comprovação de atividade regular e adesão aos princípios do programa, como condição para contratação.
- d) Restringir o cadastro às cozinhas localizadas em capitais, desde que apresentem registros sanitários e número mínimo de refeições mensais.

Questão 38

A gestão pública de programas voltados à segurança alimentar exige instrumentos que articulem assessoramento técnico, fiscalização ativa, controle social e transparência na execução. Nesse contexto, o Comitê de Assessoramento do Programa Cozinha Solidária (CA-PCS) deve:

- a) Auxiliar na definição de diretrizes, propor regras e acompanhar a execução, sem caráter deliberativo, garantindo a articulação intersetorial.

- b) Atuar exclusivamente na análise das inconsistências registradas, propondo a substituição de gestores locais sem consulta aos conselhos de participação social.
- c) Estabelecer metas de fiscalização autônomas e deliberar, de forma vinculante, sobre a condução do programa nos municípios participantes.
- d) Exercer a coordenação da fiscalização anual do programa, com base em registros eletrônicos e relatórios locais de produção de refeições.

Questão 39

O Programa Cozinha Solidária (PCS) visa não apenas assegurar o fornecimento de refeições a populações em situação de vulnerabilidade, mas também fortalecer modelos autogeridos de ação comunitária, por meio de instrumentos públicos de financiamento e formação. Diante desse arcabouço, a execução do programa deve considerar:

- a) Contratos com entes federativos e entidades gestoras credenciadas, respeitando diretrizes legais e a autonomia operacional das cozinhas.
- b) Apoio integral às cozinhas emergenciais, ainda que não credenciadas, mediante convênios diretos com entidades privadas sem fins lucrativos.
- c) Estratégias centradas na execução terceirizada e verticalizada, com prioridade a empresas públicas de alimentação sob controle estatal.
- d) Repasses condicionados à gestão direta da união, sem a mediação de entes subnacionais, para garantir padronização e controle absoluto.

Questão 40

A eficácia das políticas públicas de combate à insegurança alimentar depende não apenas da gestão estatal, mas também do fortalecimento das instâncias democráticas de controle e participação. No âmbito do PCS, as instâncias de controle social devem atuar de forma articulada com:

- a) Conselhos setoriais de gestão regional, mesmo que não possuam competências legais para exercer funções deliberativas, a fim de garantir fiscalização paralela.
- b) Comitês consultivos temporários, indicados por entidades privadas, para o desenvolvimento de estratégias autônomas de auditoria financeira.
- c) A administração direta municipal, ainda que desprovida de conselhos estruturados, assumindo integralmente a execução e a avaliação do programa.

d) Câmaras intersetoriais ou órgãos equivalentes, assegurando coerência institucional nas decisões que exijam articulação entre diferentes setores.

Questão 41

A conversão de ecossistemas naturais em agroecossistemas implica profundas transformações estruturais, funcionais e ecológicas, decorrentes da artificialização imposta pelas práticas humanas. Nesse contexto, os agroecossistemas modernos devem ser compreendidos como:

- a) Sistemas autorregulados que minimizam perdas energéticas, por meio da substituição completa das fontes fósseis por energia solar direta e práticas agroecológicas tradicionais.
- b) Espaços de produção intensiva cuja diversidade trófica e biológica é aumentada pela introdução de espécies exóticas e controle espontâneo de populações indesejadas.
- c) Sistemas integrados à lógica ecológica natural, com abundância de níveis tróficos e autonomia energética garantida pela manutenção dos fluxos originais de matéria.
- d) Sistemas artificializados com maior abertura nos fluxos de energia e nutrientes, menor diversidade biológica e menor capacidade de autorregulação ecológica.

Questão 42

Os agroecossistemas modernos ou tecnificados caracterizam-se por:

- a) Práticas adaptativas que preservam a diversidade genética e cultural, com aplicação localizada de insumos que respeitam a variabilidade ambiental local.
- b) Racionalidade produtiva baseada na demanda das comunidades locais, com uso mínimo de energia e de técnicas regenerativas de conservação ambiental.
- c) Dependência de insumos externos, degradação ambiental, homogeneização dos ambientes e ruptura dos conhecimentos e práticas tradicionais.
- d) Fortalecimento da agrobiodiversidade, aumento da infiltração de água no solo e eliminação dos efeitos de erosão, promovendo resiliência socioecológica.

Questão 43

A Agricultura Biodinâmica (ABD), derivada das proposições antroposóficas de Rudolf Steiner, transcende o paradigma agroindustrial ao conceber o espaço produtivo como uma entidade viva e

indivisível. À luz desse referencial, a prática da ABD requer:

- a) O enquadramento estrito dos cultivos em modelos físico-químicos convencionais, com a negação de qualquer relação entre ritmos cósmicos e processos agrônômicos.
- b) A reorganização sistêmica da propriedade, com base em fluxos sutis de energia vital, articulando preparados específicos, ritmos lunares e intuições agrícolas.
- c) A aplicação de técnicas mecanicistas centradas na eficiência produtiva, com rejeição do conhecimento empírico e das variabilidades simbólicas da natureza.
- d) A replicação acrítica de métodos orgânicos convencionais, desconsiderando singularidades ecológicas, vínculos simbólicos e os princípios da ciência espiritual.

Questão 44

A principal diferença entre os princípios e práticas centrais da Agricultura Biológica (AB) e da Agricultura Ecológica (AE) é:

- a) A AB adota um modelo de produção exclusivamente autossustentável, evitando qualquer uso de insumos externos, enquanto a AE permite o uso controlado de insumos externos, com foco na eficiência produtiva.
- b) A AE foca em um sistema produtivo altamente tecnificado, utilizando insumos químicos de forma controlada, enquanto a AB busca integrar as práticas agrícolas aos ciclos naturais com um uso mínimo de insumos externos.
- c) A AB enfatiza a máxima utilização de fertilizantes e pesticidas orgânicos, sem considerar a diversidade de práticas agrícolas, enquanto a AE busca equilíbrio entre a produtividade e a preservação dos recursos naturais, com uso restrito de insumos industriais.
- d) A AB busca integrar os sistemas agrícolas aos ciclos naturais, utilizando insumos externos de forma restrita, enquanto a AE adota práticas que buscam otimizar a produção com o mínimo de intervenção, considerando a preservação ecológica e a sustentabilidade a longo prazo.

Questão 45

Com base nas disposições sobre as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa no setor de combustíveis, é CORRETO afirmar que:

- a) As metas são calculadas considerando a performance dos distribuidores de combustíveis no ano corrente, sem levar em conta sua participação de mercado no ano anterior, e a comprovação pode ser realizada até o final do segundo semestre.
- b) O cumprimento das metas é verificado apenas através da adição de etanol à gasolina e biodiesel ao óleo diesel, sendo vedada a utilização de outros mecanismos de compensação.
- c) A determinação das metas anuais leva em conta a participação de mercado do distribuidor no ano anterior, permitindo que até 15% da meta seja comprovada no ano seguinte, mas com a exigência de que a meta anterior tenha sido integralmente cumprida.
- d) A comprovação do cumprimento das metas anuais pode ser realizada em trimestres durante o primeiro ano de operação, com a possibilidade de prorrogação das metas de acordo com a evolução do mercado de biocombustíveis.

Questão 46

Com base nas disposições sobre a emissão e negociação dos Créditos de Descarboxinação (CBIOS), pode-se AFIRMAR que:

- a) A receita do produtor de cana-de-açúcar será compartilhada proporcionalmente, com tributos descontados antes do repasse ao produtor.
- b) Os CBIOS gerados a partir de cana-de-açúcar, utilizando o perfil específico agrícola, garantem uma participação mínima de 60% das receitas da comercialização dos créditos, sem necessidade de monitoramento dos dados pelo produtor de biocombustível.
- c) A negociação dos CBIOS deve ser realizada exclusivamente em mercados não regulamentados, sem qualquer exigência de formalização por meio de leilões ou registros oficiais.
- d) A participação do produtor de cana-de-açúcar nas receitas provenientes da comercialização dos CBIOS não depende de qualquer certificação prévia, sendo estabelecida exclusivamente por acordos privados com os emissores primários.

Questão 47

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) estabelece metas e princípios para integrar a sustentabilidade na matriz energética nacional. Nesse sentido, a expansão do setor deve ser baseada em:

- a) Uma regulação rígida do mercado, sem flexibilidade para atender aos compromissos ambientais internacionais, mas priorizando a segurança energética interna e o controle sobre os custos de produção.
- b) Uma abordagem voltada apenas para o avanço da eficiência na produção de biocombustíveis, desconsiderando o impacto de sua comercialização sobre as emissões de poluentes locais e a inovação tecnológica.
- c) A promoção de um mercado nacional de biocombustíveis altamente dependente da certificação ambiental internacional, mas sem integração com a infraestrutura nacional de distribuição e consumo.
- d) Ações coordenadas que promovam a sustentabilidade, integrem redução de emissões e incentivem a inovação para fortalecer o mercado de biocombustíveis.

Questão 48

Os CBIOS integram os mecanismos previstos na RenovaBio, sendo vinculados à produção ou à importação de biocombustíveis certificados conforme critérios regulatórios de desempenho energético e ambiental. Nessa lógica, a solicitação de emissão de tais créditos cabe:

- a) Ao operador logístico autorizado que transporta combustíveis líquidos em escala nacional e detém controle de eficiência da cadeia.
- b) Ao refinador de petróleo com capital social integralizado e controle da matriz de mistura entre fontes renováveis e fósseis.
- c) Ao comercializador atacadista, vinculado à bolsa de energia, que possua certificação de eficiência ambiental pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- d) Ao emissor primário, produtor ou importador de biocombustível autorizado pela ANP, conforme critérios regulatórios de eficiência.

Questão 49

A certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis visa garantir padrões técnicos e ambientais rigorosos, assegurando a integridade do processo de descarboxinação na matriz energética. Nesse contexto, a Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA) deverá constar:

- a) Do relatório anual de sanções, publicado na internet pelos órgãos de fiscalização federal competentes.

- b) Do certificado da produção eficiente de biocombustíveis, vinculado ao emissor primário autorizado pela ANP.
- c) Do extrato de fiscalização emitido pelas firmas inspetoras, mediante auditoria e autorização expressa da ANP.
- d) Da listagem mensal de certificados ativos, expirados e suspensos, com base nas informações de mercado.

Questão 50

Os avanços tecnológicos na produção de biocombustíveis permitiram superar limitações associadas ao uso exclusivo de insumos alimentares, promovendo inovações tanto na conversão quanto na origem da biomassa. Nesse contexto, a terceira geração de biocombustíveis está associada:

- a) À extração de energia exclusivamente por processos químicos externos, sem necessidade de modificação genética da cultura energética.
- b) À substituição da biomassa vegetal por resíduos industriais sólidos, aproveitando o passivo ambiental como fonte energética.
- c) Ao uso de matérias-primas não vegetais, como minérios e catalisadores sintéticos, na conversão energética em larga escala.
- d) À modificação genética da planta, que já contém enzimas em sua biomassa, viabilizando a conversão energética na própria colheita.

Questão 51

Apesar da expressiva presença de fontes fósseis na matriz energética mundial, o Brasil apresenta uma configuração singular, com notável participação da biomassa. Nesse cenário, a consolidação da biomassa como componente estratégico da matriz elétrica brasileira deve considerar:

- a) A incorporação planejada de resíduos e cultivos energéticos à matriz elétrica, com base em estudos de disponibilidade, potencial técnico e viabilidade descentralizada.
- b) O uso intensivo de biomassa tradicional não sistematizada, priorizando cadeias produtivas espontâneas e práticas de queima direta com baixa conversão energética.
- c) O redimensionamento da geração hidráulica como matriz prioritária, reduzindo investimentos em resíduos agroindustriais devido à sua sazonalidade e dispersão.
- d) A centralização do uso da biomassa em polos energointensivos, condicionando seu aproveitamento à existência de infraestrutura termelétrica convencional.

Questão 52

A Lei n.º 11.326/2006 estabelece diretrizes específicas para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PNFAF-R), articulando sua formulação às políticas agrícolas e de reforma agrária. Dentre os critérios estabelecidos para o reconhecimento da agricultura familiar, a política pública deve:

- a) Condicionar o enquadramento ao uso de tecnologias limpas certificadas, vinculando a elegibilidade à adesão prévia a programas de sustentabilidade ambiental.
- b) Admitir a utilização de mão de obra contratada, desde que os indicadores de produtividade ultrapassem a média regional por módulo fiscal.
- c) Reconhecer como beneficiários aqueles que não detenham mais de quatro módulos fiscais, cuja produção se relacione economicamente ao próprio estabelecimento.
- d) Priorizar empreendimentos com participação societária ampliada, desde que organizados sob regime cooperativo ou associativo formalmente registrado.

Questão 53

A PNFAF-R deve articular um conjunto de ações estruturantes. Nesse contexto, sua implementação deve priorizar:

- a) Mecanismos que assegurem a uniformização de critérios de acesso a crédito e seguro, promovendo eficiência regulatória sem necessidade de adaptação às diversidades regionais.
- b) Estratégias voltadas à descentralização, associadas à equidade de gênero, geração e etnia, garantindo a compatibilidade entre assistência técnica, inovação e comercialização.
- c) Iniciativas que restrinjam o cooperativismo à etapa de escoamento da produção, mantendo os demais processos sob a responsabilidade individual dos empreendimentos familiares.
- d) Políticas orientadas exclusivamente à sustentabilidade econômica, dissociando-as de condicionantes socioambientais para não comprometer os índices de produtividade rural.

Questão 54

A Lei n.º 11.326/2006 define critérios específicos para a caracterização do agricultor familiar e dos beneficiários da PNFAF-R. Nesse contexto, são considerados agricultores familiares:

- a) Pessoas físicas ou jurídicas que explorem o meio rural sob regime de condomínio rural, ainda que a fração ideal por coproprietário ultrapasse quatro módulos fiscais.
- b) Famílias que explorem economicamente o meio rural, com predomínio de mão de obra familiar, renda originada do estabelecimento e direção própria do empreendimento.
- c) Núcleos familiares em comunidades tradicionais, desde que vinculados a entidades públicas ou privadas reconhecidas como agentes de fomento territorial.
- d) Empreendedores que exerçam atividades agroindustriais exclusivamente com matéria-prima externa, desde que instalados em área rural inferior a quatro módulos fiscais.

Questão 55

A subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, conforme dispõe a legislação pertinente, busca garantir acesso mais amplo e equitativo à proteção contra riscos da atividade agropecuária. Nesse contexto, o Poder Executivo deve assegurar:

- a) A liberação automática dos recursos ao produtor que comprove risco climático, sem exigência de adimplência com a União ou intermediação por seguradoras registradas.
- b) A vinculação compulsória entre a concessão de crédito agrícola oficial e a contratação de seguro rural, desde que a apólice esteja vinculada ao MAPA.
- c) O custeio do prêmio do seguro com recursos do orçamento anual, liquidados no mesmo exercício da contratação, e sem comprometer o direito de escolha do segurado.
- d) A aplicação obrigatória de percentuais fixos sobre todos os prêmios de seguro rural, com cobertura mínima padronizada e controle exclusivo da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Questão 56

A gestão da política de subvenção econômica ao seguro rural, no âmbito do Comitê Gestor Interministerial (CGI), exige decisões estratégicas acerca das atribuições desse órgão. Nesse contexto, compete ao CGI:

- a) Implementar as condições técnicas dos contratos de seguro, sem vincular sua atuação aos critérios regionais e produtivos previstos na legislação.
- b) Fixar os percentuais de prêmios, definir as culturas e espécies beneficiadas, e aprovar propostas de planos trienais de subvenção.

- c) Supervisionar a execução operacional das seguradoras, sem prerrogativa para estipular percentuais máximos de subvenção nem delimitar espécies.
- d) Determinar diretamente as apólices individuais dos produtores, afastando-se da aprovação de diretrizes gerais para culturas e regiões amparadas.

Questão 57

A criação do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), no âmbito do MAPA, determina, de acordo com a legislação aplicável:

- a) A obrigatoriedade de as Comissões Consultivas serem compostas exclusivamente por representantes do setor público e de sua organização ser estabelecida por decreto.
- b) A competência exclusiva do MAPA para designar os integrantes das Comissões, independentemente da atuação do Comitê Gestor Interministerial.
- c) A possibilidade de formação de Comissões Consultivas com a participação de representantes do setor privado, sendo sua estrutura e funcionamento definidos pelo Comitê.
- d) A vedação de participação de entidades privadas nas Comissões Consultivas, cuja composição deverá ser previamente aprovada pelo Congresso Nacional (CN).

Questão 58

A formalização de uma sociedade cooperativa, nos termos previstos, exige a observância de condições específicas, de modo a garantir sua validade jurídica e seu funcionamento regular. Nesse sentido, a cooperativa deve adotar:

- a) A inclusão no ato constitutivo de informações detalhadas sobre os fundadores, bem como a aprovação do estatuto social e a eleição dos administradores.
- b) A formalização do ato constitutivo apenas por instrumento público, dispensando a assinatura de todos os fundadores para efeitos de validade.
- c) A definição do objeto social e da sede, independentemente de menção expressa no ato constitutivo ou em seus estatutos.
- d) A apresentação do ato constitutivo sem necessidade de aprovação estatutária prévia, bastando a indicação dos administradores eleitos.

Questão 59

A constituição e autorização de funcionamento de uma sociedade cooperativa, conforme as exigências legais, demanda rigor na formalização documental e

no atendimento aos prazos estabelecidos. Assim, a cooperativa deve:

- a) Apresentar o ato constitutivo e a lista nominativa diretamente à Junta Comercial, sem necessidade de análise prévia do órgão controlador.
- b) Requerer autorização junto ao órgão de controle, que terá prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, implicando deferimento automático em caso de silêncio.
- c) Remeter o ato constitutivo para arquivamento imediato, ficando a verificação de condições de funcionamento a cargo posterior da Administração Pública.
- d) Submeter o estatuto para aprovação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como regra geral para todas as cooperativas civis.

Questão 60

As sociedades cooperativas, para fortalecer suas atividades e assegurar assistência aos seus associados, são obrigadas a constituir fundos específicos, conforme determinações legais. Nesse contexto, a cooperativa deve:

- a) Criar obrigatoriamente fundos para reparação de perdas e assistência social, constituídos com percentuais mínimos sobre as sobras líquidas do exercício.
- b) Instituir fundo destinado ao ressarcimento de perdas eventuais, sem obrigatoriedade de suporte educacional ou social aos associados.
- c) Organizar fundo destinado ao desenvolvimento técnico dos empregados, com recursos originários de percentual variável das receitas.
- d) Estabelecer fundo voltado à assistência técnica dos associados, podendo destinar percentuais livres das sobras líquidas conforme decisão interna.

Questão 61

A disciplina normativa sobre os associados em cooperativas assegura direitos e impõe condições específicas para a adesão, manutenção e desligamento de membros, visando preservar a finalidade social e a estabilidade jurídica da entidade. Nesse sentido, a cooperativa deve:

- a) Assegurar a todos os associados a vedação de cobrança de prêmios de entrada e de remuneração a quem captar novos membros.
- b) Permitir o ingresso de novos associados mediante subscrição de quotas-partes e sem a exigência de condições adicionais previstas no estatuto.

- c) Adotar critérios para eliminação de associados exclusivamente baseados em deliberação da diretoria, sem previsão de direito ao recurso.
- d) Estabelecer restrições estatutárias ao exercício dos direitos sociais, desde que aprovadas por maioria simples em assembleia geral.

Questão 62

Os órgãos, entidades e instâncias integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) desempenham papéis cruciais na implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Nesse contexto, as atribuições desses órgãos incluem:

- a) A condução de atividades e ações de segurança alimentar e nutricional exclusivamente pela Câmara Interministerial, com a coordenação das iniciativas restrita aos órgãos federais.
- b) A definição e execução de estratégias de segurança alimentar e nutricional em um processo isolado, com foco apenas no âmbito federal, sem a participação ativa de entidades estaduais e municipais.
- c) A organização de fóruns intergovernamentais entre as três esferas de governo, promovendo a definição de metas e ações colaborativas e garantindo a articulação contínua entre os planos estaduais, municipais e federal.
- d) A formulação de planos de segurança alimentar a nível estadual e municipal de forma independente, com a implementação de metas específicas para cada esfera de governo, sem necessidade de integração com outras instâncias do SISAN.

Questão 63

A PNSAN, conforme suas diretrizes normativas, busca organizar práticas que assegurem o direito humano à alimentação adequada em articulação com distintos setores e esferas federativas. Sobre os seus fundamentos, a PNSAN deve consolidar:

- a) A incorporação de práticas agrícolas intensivas, promovendo a homogeneização da produção alimentar como meio de garantir o acesso contínuo a gêneros de primeira necessidade.
- b) A integração de sistemas de produção, extração e distribuição de alimentos ancorados em princípios agroecológicos, e na proteção dos modos de vida tradicionais.
- c) A articulação de programas setoriais orientados por padrões de comercialização globalizados, com ênfase na competitividade dos produtos agrícolas em mercados internacionais.

d) A centralização das ações públicas em programas de transferência direta de renda, desvinculados da estruturação territorial de cadeias alimentares locais.

Questão 64

A adesão ao SISAN exige a observância rigorosa de procedimentos e requisitos normativos, tanto para entes federativos quanto para entidades privadas. A respeito das condições exigidas, a adesão:

- a) Pressupõe a instituição de conselhos governamentais, sem exigência de representação da sociedade civil ou de gestão intersetorial.
- b) Demanda a formação de conselhos compostos por representantes do poder público e a elaboração de plano trienal de segurança alimentar.
- c) Requer a criação de instâncias intersetoriais de gestão, conselhos com ampla participação social e compromisso com a elaboração de planos específicos.
- d) Permite a adesão automática mediante comprovação de atividades no setor alimentar, sem formalização de compromissos institucionais específicos.

Questão 65

A composição da cesta básica de alimentos, conforme diretrizes normativas vigentes, visa atender princípios de saúde pública e justiça social, ao incorporar alimentos que favoreçam práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Nesse contexto, a cesta básica deverá:

- a) Incluir alimentos minimamente processados e ultraprocessados para atender às diversas demandas nutricionais regionais existentes.
- b) Contemplar alimentos industrializados que contribuam para a praticidade alimentar, respeitando as necessidades socioeconômicas locais.
- c) Admitir, em caráter excepcional, alimentos processados definidos em ato específico, vedando a inclusão de alimentos ultraprocessados.
- d) Priorizar, de forma compulsória, alimentos industrializados de grande escala para promover o acesso rápido e homogêneo à alimentação básica.

Questão 66

A respeito das diretrizes estabelecidas para a composição da cesta básica de alimentos, considere as seguintes sentenças:

- I- São diretrizes a serem observadas na composição da cesta básica de alimentos as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, elaborados pelo Ministério da Saúde.
- II- São diretrizes a serem observadas na composição da cesta básica de alimentos a diversificação e a diversidade, observadas as condições da região, do território, do bioma e da sazonalidade dos alimentos.
- III- São diretrizes a serem observadas na composição da cesta básica de alimentos o respeito à cultura e às tradições regionais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II está incorreta.

Questão 67

O Decreto n.º 11.936/2024 estabelece definições específicas sobre categorias alimentares no âmbito da segurança alimentar e nutricional. Considerando o disposto no art. 2º, é CORRETO afirmar que alimentos minimamente processados são:

- a) Produtos submetidos a processos industriais complexos, com adição de aditivos para preservar ou realçar suas propriedades sensoriais.
- b) Formulações alimentícias com pouco ou nenhum alimento natural, caracterizadas por elevada presença de ingredientes industriais e aditivos químicos.
- c) Alimentos extraídos da natureza que, após sofrerem alterações como pasteurização ou congelamento, preservam sua composição básica sem adição de substâncias externas.
- d) Produtos derivados de alimentos *in natura*, obtidos mediante prensagem, moagem ou refino, com vistas a ampliar o tempo de prateleira e o valor nutricional.

Questão 68

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) deve:

- a) Incentivar a integração das práticas agroecológicas com a industrialização de alimentos processados, objetivando a expansão de mercados internacionais para produtos locais.

- b) Fortalecer a produção orgânica convencional alinhada às metodologias agroecológicas e promover a adaptação das políticas locais à realidade do território.
- c) Criar medidas voltadas para a expansão da produção agroecológica, aliadas a estratégias de uso sustentável de recursos naturais, sem promover sistemas locais de comercialização.
- d) Consolidar uma abordagem integrada de agroecologia, incentivando a utilização dos saberes tradicionais, a gestão adaptativa de recursos naturais e a promoção de territórios saudáveis.

Questão 69

Considerando os critérios de elegibilidade do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), assinale a alternativa que lista grupos que NÃO se enquadram como beneficiários do programa.

- a) Agricultores familiares, povos indígenas e comunidades quilombolas, com foco na adoção de práticas agroecológicas e de sociobiodiversidade em regiões rurais.
- b) Assentados da reforma agrária, juventudes rurais e comunidades tradicionais, com o objetivo de fortalecer sistemas de produção orgânicos e sustentáveis baseados na agroecologia.
- c) Grandes empresas agroindustriais, que adotam práticas convencionais de monocultura e buscam expandir a produção para mercados globais.
- d) Micro e pequenas agroindústrias localizadas em áreas urbanas e periurbanas, com a finalidade de promover a inclusão desses empreendimentos nas cadeias produtivas de alimentos agroecológicos.

Questão 70

O PLANAPO deverá ser atualizado em função da Lei Orçamentária Anual (LOA) e revisado por ocasião da elaboração do:

- a) Plano de Ação Governamental.
- b) Estratégia Nacional de Sustentabilidade.
- c) Plano Plurianual.
- d) Programa de Expansão de Infraestrutura.

Questão 71

A revisão periódica dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) e dos Procedimentos Padrões de Higiene Operacional (PPHOs) em agroindústrias familiares, constitui etapa essencial para assegurar que as práticas documentadas estejam alinhadas às necessidades técnicas e operacionais vigentes. Diante

dessa perspectiva, a revisão periódica deve priorizar a:

- a) Análise sistemática dos documentos, correção de desvios constatados e realização de treinamentos alinhados às mudanças formalizadas.
- b) Reestruturação dos procedimentos conforme diretrizes internas, validação informal das práticas revisadas e supervisão ocasional da execução.
- c) Adaptação espontânea dos documentos, avaliação empírica dos resultados operacionais e implementação gradual dos novos procedimentos.
- d) Atualização documental condicionada a análises teóricas, verificação posterior da execução prática e comunicação eventual aos funcionários.

Questão 72

A preservação da integridade e da qualidade dos alimentos durante o transporte, exige rigoroso controle das condições de conservação. Nesse contexto, o transporte de carnes, alimentos congelados e refeições prontas para consumo deve ocorrer:

- a) Em veículos de transporte adiabático, que minimizam as trocas térmicas apenas em situações de exposição direta à luz solar, sem necessidade de refrigeração ativa.
- b) Em veículos com sistema exotérmico de controle de ambiente, capazes de manter a temperatura estável por liberação controlada de calor interno.
- c) Em veículos com estrutura higroscópica de isolamento, responsáveis por absorver a umidade do ar interno sem atuação direta sobre a temperatura dos produtos.
- d) Em unidades móveis de compartimentação térmica rígida e controle de atmosfera, assegurando estabilidade térmica mediante isolamento isotérmico e/ou refrigeração mecânica.

Questão 73

As exigências aplicáveis ao uso de veículos de carroceria aberta no transporte de alimentos buscam garantir a proteção sanitária e física da carga, com ênfase na prevenção de contaminações e danos estruturais. Nesse contexto, analise as sentenças a seguir:

- I- As lonas utilizadas na cobertura da carga devem apresentar características hidrofóbicas e estar livres de odores residuais, mesmo que possuam pequenos rasgos que não permitam contato direto com a carga.

- II- A integridade da carga deve ser garantida por meio de envelopamento completo, utilizando lona impermeável posicionada externamente às guardas da carroceria e devidamente esticada.
- III- O uso de cantoneiras na amarração da carga visa impedir a penetração de sujeiras nas embalagens, sendo facultativo quando a carga estiver devidamente empilhada e estabilizada.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todas as sentenças estão corretas.
- b) Apenas as sentenças I e III estão corretas.
- c) Apenas a sentença II está correta.
- d) Apenas a sentença III está incorreta.

Questão 74

O CORRETO armazenamento de matérias-primas deve adotar:

- a) Procedimentos que aproveitem processos exotérmicos espontâneos para manter alimentos resfriados, eliminando a necessidade de inspeções contínuas durante o armazenamento.
- b) Estratégias que utilizem o controle da entalpia dos produtos como principal meio de conservação, independentemente das recomendações de temperatura indicadas pelo fabricante.
- c) Métodos baseados em reações endotérmicas ambientais para retardar o crescimento microbiano, permitindo armazenamento sem rigoroso controle térmico entre 10 °C e 20 °C.
- d) Ambientes que garantam temperatura adequada para cada categoria de alimento, impedindo o crescimento microbiano e alterações enzimáticas, mediante inspeções periódicas e fiel observância às especificações do fabricante.

Questão 75

Embora historicamente negligenciada em políticas de conservação, a Caatinga apresenta atributos ecológicos e estratégicos que a tornam central para o planejamento ambiental nacional. Com base nas informações disponíveis sobre sua biodiversidade, ocupação territorial e inserção institucional, é CORRETO afirmar que a Caatinga:

- a) Apresenta baixa representatividade em agendas internacionais, sendo raramente associada a mecanismos multilaterais como as convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) voltadas à biodiversidade e desertificação.
- b) Abriga um número reduzido de espécies avaliadas quanto ao estado de conservação, o que limita a formulação de políticas públicas voltadas à proteção da fauna e flora locais.

- c) Reúne condições ecológicas únicas que a caracterizam como o bioma semiárido com maior diversidade biológica global, apesar da escassez de unidades de proteção integral.
- d) Constitui um território ecologicamente homogêneo, com vegetação e fauna distribuídas de forma regular, fato que facilita a implementação de ações padronizadas de manejo.

Questão 76

A redefinição dos sistemas econômicos, a partir dos paradigmas da sustentabilidade, tem exigido modelos integrativos que reconheçam os limites termodinâmicos e ecológicos do crescimento. Nesse sentido, a bioeconomia circular caracteriza-se por:

- a) Orientar-se pela expansão linear dos setores produtivos, aceitando a degradação energética como inevitável e dissociada do uso de insumos renováveis.
- b) Estruturar-se sobre ciclos fechados de matéria e energia, combinando conservação de recursos biológicos com inovação tecnológica e racionalidade sistêmica.
- c) Concentrar-se na substituição direta de fontes fósseis por alternativas renováveis, sem alterar os fundamentos da lógica econômica tradicional.
- d) Focar na mitigação setorial de impactos ambientais, sem considerar os vínculos entre entropia, capital natural e transformação estrutural de longo prazo.

Questão 77

As evidências do Censo Agropecuário 2017 revelam uma estrutura agrária brasileira que deve ser compreendida como:

- a) Um arranjo territorial majoritariamente homogêneo, em que a posse de terra acompanha proporcionalmente a quantidade de estabelecimentos existentes.
- b) Um sistema que concentra ocupação de pessoal nos grandes estabelecimentos, que respondem tanto pela maior área total quanto pelo maior volume de força de trabalho.
- c) Uma configuração historicamente desigual, em que a distribuição de terras, a ocupação laboral e o acesso por mulheres refletem um padrão de concentração e exclusão estrutural.
- d) Uma realidade caracterizada pela homogeneidade regional, em que a média das áreas dos estabelecimentos e o tipo de produção pouco variam entre os diferentes territórios do país.

Questão 78

Assinale a alternativa que CORRETAMENTE define o associativismo em seu caráter de ação coletiva:

- a) Uma estrutura cooperativa de atuação coletiva, fundada na livre adesão, na autogestão democrática e na promoção equitativa do bem-estar comum e do desenvolvimento comunitário.
- b) Uma modalidade organizacional cuja lógica predominante repousa na redistribuição proporcional de ativos entre os membros, priorizando o desempenho financeiro como critério de pertencimento.
- c) Um arranjo funcional que privilegia relações diretivas centralizadas, nas quais a eficácia administrativa se sobrepõe à participação deliberativa dos associados.
- d) Uma configuração jurídica orientada por finalidades privadas, cujas deliberações operam sob cláusulas restritivas e normas patrimoniais impostas por conveniências externas.

Questão 79

A função de produção, ao estabelecer uma relação técnica entre insumos e produto, não apenas quantifica a capacidade de transformação produtiva, mas também embute pressupostos fundamentais sobre o comportamento da firma. Nesse contexto, a função de produção deve ser compreendida como:

- a) Uma relação empírica que, ao considerar variações aleatórias nos fatores de produção, permite prever médias probabilísticas de rendimento sem referência à eficiência técnica.
- b) Uma equação contábil que expressa combinações arbitrárias de insumos, sem pressupor a existência de limites máximos de produção com base em recursos disponíveis.
- c) Uma construção algébrica linear que descreve a interação de insumos fixos e variáveis, sem se comprometer com os limites tecnológicos da transformação produtiva.
- d) Uma representação de fronteira que expressa o nível máximo de produção viável tecnicamente, evidenciando o princípio da eficiência na alocação dos fatores produtivos.

Questão 80

A estrutura de concorrência perfeita é considerada uma referência teórica na análise microeconômica por proporcionar uma alocação ideal dos recursos produtivos e uma precificação não arbitrária. Nesse

sentido, a concorrência perfeita caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) Mercados em que há diferenciação estratégica de produtos e assimetrias informacionais, assegurando eficiência alocativa sob restrições monopolísticas e barreiras à entrada.
- b) Presença de grande número de ofertantes e demandantes atomizados, transacionando bens homogêneos sob plena informação e livre mobilidade de recursos, sem influência individual nos preços.
- c) Interação entre múltiplos agentes economicamente relevantes que, ao internalizarem externalidades produtivas, formam preços por meio de poder de mercado compartilhado.
- d) Ambientes de mercado em que a racionalidade dos agentes é mitigada por estruturas cooperativas, com preços determinados por acordos coletivos e pactos de governança produtiva.

QUESTÃO DISCURSIVA

Questão 01

Considerando as características dos contratos futuros e de opções, analise criticamente como cada instrumento impacta a estratégia de hedge de um produtor rural diante da volatilidade de preços de *commodities*. Discuta os *trade-offs* entre segurança, custos operacionais, flexibilidade e potencial de lucro, utilizando exemplos concretos na sua resposta para contrastar as limitações e vantagens de cada contrato.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	